



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA - CONHECENDO RONDONÓPOLIS ATRAVÉS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL - UM GUIA EDUCACIONAL COMO PROPOSTA

SANDRO AMBRÓSIO ALVES¹

RESUMO

Entender a história local, constituiu-se um importante instrumento no sentido perceber os elementos de construção da identidade de uma coletividade, bem como os símbolos que representam tais sociedades, sejam eles de grupos dominante ou dominados. Nesse sentido, utilizar o patrimônio histórico e cultural como ferramenta de ensino aprendizagem na sala de aula, contribuirá para o fortalecimento do sentido de pertencimento e é salutar para uma vivência consciente dos estudantes.

Destarte, o objetivo desse trabalho é analisar como estudante e professores de algumas escolas se apropriam ou não dessa temática, pensando o município e o local onde residem, tendo em vista a inserção nos documentos oficiais como Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's 1997) o pressuposto que os estudante possam “conhecer a diversidade do Patrimônio etnocultural brasileiro tendo uma atitude de respeito para com as pessoas e grupo que a compõe”.

E a partir disso, buscar instrumentos teórico-metodológicos que ajude a clarear as concepções que os mesmos tem e talvez até contribuir para que vejam de maneira diferente e mais fundamentada os elementos que representam o patrimônio da cidade em relação aos bens materiais. Assim como, o que não está sendo representado na história oficial da cidade de Rondonópolis. E nesse aspecto farei uma pesquisa quantitativa e qualitativa, tendo como fundamentação a Educação Patrimonial, como possibilidade de “desenvolver um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural”. (HORTA, 1999, p.4).

E com base na pesquisa inicial, verificar também a bibliografia existente da história local, para então produzir um guia educacional (livro), com a possibilidade de utilizar plataformas diferentes para utilização desses dados (ex.: Aplicativo, Facebook, Livro Digital,

¹ Professor de História da Escola Estadual Francisca Barros de Carvalho e Mestrando no curso de Mestrado Profissional ProfHistória na Universidade Federal de Mato Grosso(UFMT). Pós Graduado em História da América Latina Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso(UFMT) Campus de Rondonópolis. Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso(UFMT) Campus de Rondonópolis.
E-mail: sandrixproducoes2020@gmail.com

etc.), com um roteiro proposto sobre o patrimônio histórico e cultural da cidade de Rondonópolis, onde fará parte os já tombado e os que estão em processo, mas que fazem parte da memória coletiva. Este material didático, tem como intenção servir ao ensino aprendizagem, nas aulas de História ou até mesmo interdisciplinarmente, entendendo que ela possa ocorrer em diferentes espaços, que para além da parte expositiva e dialogada, sejam utilizadas aulas de campo introduzindo o estudante a refletir sobre patrimônio desenvolvendo habilidades, fazendo análise crítica, formulando hipóteses e propondo soluções aos problemas colocados sobre essa memória que foi ou está sendo construída.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Ensino de História; Guia Educacional.

REFLEXÃO INICIAL

Este trabalho, parte do pressuposto estabelecido pela historiadora portuguesa Isabel Barca, em que a mesma afirma: “a promoção de uma educação histórica que responda as exigências do conhecimento actual e de uma sociedade de informação só poderá processar-se com professores conscientes de tais problemáticas.” (BARCA, 2001, p.20). Nesse sentido, enquanto professor de História da rede pública estadual de ensino do Estado de Mato Grosso e mediador da aprendizagem histórica, durante 10 anos de trajetória, compreendo a educação como um caminho possível, para que sejam problematizadas as cristalizações de determinadas ações ou ideias promovidas por diversos grupos.

E também como espaço de formação humana, para compreensão da sociedade em que se está inserido, bem como os processos históricos e mudanças temporais que ocorrem na mesma e que estão para além da sala de aula. Nesse aspecto, entendo o papel do professor como produtor de conhecimento e não somente como transmissor, como afirma Bittencourt:

O professor é quem transforma o saber a ser ensinado em saber apreendido, ação fundamental no processo de produção do conhecimento. Conteúdos, métodos e avaliação constroem-se nesse cotidiano e nas relações entre professores e alunos. Efetivamente, no ofício do professor um saber específico é constituído, e a ação docente não se identifica apenas com a de um técnico ou a de um “reprodutor” de um saber produzido externamente. “Dar aula” é uma ação complexa que exige domínio de vários saberes característicos e heterogêneos. (BITTENCOURT, 2009, p.50-51)

Assim, o trabalho a que me proponho, parte de uma problemática que penso ser presente na cidade de Rondonópolis em Mato Grosso, qual seja: a ausência do uso de História local e o

Patrimônio Cultural como evidência histórica no ensino de História e elemento propulsor de ações educativas.

Talvez isso decorra do fato de, por um lado, muitas serem as exigências curriculares gerais e, por outro, a falta de formação em âmbitos específicos, como a Educação Patrimonial ou mesmo a inexistência de uma material que aborde de forma mais pedagógica tais temáticas. Mesmo que nas Diretrizes Curriculares Nacionais(2013), pressuponha que a escola, professores e profissionais da educação criem situações de aprendizagem, com base no contexto local, e o estudante possa ter uma “leitura atenta da realidade local” e que esteja inserido no Projeto Político Pedagógico(PPP), a “valorização da cultura local” em articulação com a base nacional comum (Diretrizes Curriculares Nacionais, 2013, p.49-113). Assim como, nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História do ensino fundamental anos finais, entre seu objetivos destaca “valorizar o patrimônio sociocultural” e propõe ao professor visitas a museus e patrimônios históricos e culturais como recurso didático, tendo como debate a preservação dos vários tipos de patrimônio, bem como a compreensão dos espaços de preservação e divulgação da memória.(PCN,s,1998,p.90-93) e não destoando das legislações nacionais, as Orientações Curriculares do Estado, destacam que ao fazer o “estudo do meio” o estudante pode observar seu local de vivência, e também “identificar os bens materiais do patrimônio histórico-cultural, de sua cultura”(OC,s,2010 p.15-18).

Contudo, ainda que todas as legislações propõe trabalhar a história local, na prática isso ainda não ocorre na maioria das vezes, por termos, primeiro – a falta de interesse das editoras em produzir tais materiais e por outro lado a manutenção de uma história quadripartite contida nos livros didáticos, que privilegia o eurocentrismo e devido a formação dos professores tenderem a continuidade desse pensamento.

Desta forma, proponho analisar a partir da investigação com os professores de duas escolas públicas de Rondonópolis, de que maneira eles se apropriam da abordagem sobre patrimônio cultural na aula de História. E além disso, compreender como nas dinâmicas da aula de História envolvem o Patrimônio, a História Local, como evidência História.

Por conseguinte, será proposta uma oficina didática com professores e alunos sobre os temas relacionados ao patrimônio cultural, história local, memória, edificações, educação patrimonial e educação histórica, baseando-se na concepção de aula-oficina da historiadora Isabel Barca. Assim como, ocorrerão visitas guiadas as edificações, museus, praças e

monumentos com intuito de avaliar o uso do patrimônio como contributo à prática das aulas de História. E com base em todas essas premissas e dados analisados, o intuito é desenvolver um material de auxílio ao professor como um recurso didático, que contribua para que o estudante tenha um melhor entendimento do patrimônio cultural material local, bem como questões que envolvem as discussões sobre esses espaços e sobre a importância que há em se discutir as memórias que foram construídas ao longo do tempo.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino de História, configura-se como um campo de análise na discussão que envolve a temática patrimônio cultural, no sentido de proporcionar ações didáticas que permitam aos estudantes conhecer e valorizar aquilo que os rodeia. (BITTENCOURT, 2009, p.168) Ao nos remetermos a ideia de patrimônio, a sociedade em geral tem um conhecimento restrito das diferentes possibilidades do termo, se resumindo mais as questões financeiras, herança ou mesmo construções.

O conceito de “educação patrimonial”, seria herdeira de concepção inglesa – *Heritage Education* - estabelecida no Brasil a partir da década de 80 do século XX, em um seminário realizado pelo Museu Imperial de Petrópolis, quando ao tratar da incorporação do Patrimônio Cultural nas ações educativas dos museus, a museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, usa esse termo, que se expande com uma publicação de sua autoria, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Guia Básico de Educação Patrimonial, que estabelece metodologias para o estudo do Patrimônio.(SILVA E DELGADO in GIL, 2014, p.72)

Sendo assim, o uso da Educação Patrimonial no ensino de História nas escolas de ensino fundamental e médio é essencial, no sentido da valorização ou estranhamento da memória e a possibilidade de perceber como são construídas e que interesses subjazem aquele patrimônio, seja material ou imaterial. A assimilação do que é Patrimônio Histórico e Cultural pelo professor é primordial, para que a partir disso atinja a sua aplicabilidade na educação nos espaços escolares e extra escolares, desmistificando a história eurocêntrica que toma conta dos currículos, assim:

[...]o compromisso do setor educacional articula-se a uma educação patrimonial para as atuais e futuras gerações, centradas no pluralismo cultural. Educação que não visa apenas evocar fatos históricos “notáveis”, de consagração de determinados valores de setores sociais privilegiados, mas também concorrer com a rememoração

e preservação daquilo que tem significado para as diversas comunidades locais, regionais e de caráter nacional. (BITTENCOURT, 2009, p.178)

Logo, nota-se a necessidade da contribuição dos educadores nas escolas, para a rememoração e significância da história local, regional e nacional. Assim, a comunidade se sentirá parte desse processo histórico ou não e o que foi esquecido e o motivo. Pois, como parte das diretrizes que regulamenta as questões educativas no Brasil, segundo o Guia Básico de Educação Patrimonial (1999), publicado pelo IPHAN, a Educação Patrimonial:

*[...]busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de **conhecimento, apropriação e valorização** de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num **processo contínuo de criação cultural**. (HORTA, 1999, p.6).*

Por sua vez, nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História, aponta como sendo essa, uma metodologia importante ao ensino de História, o estudo do meio, que “...possibilita aos estudantes adquirirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte.” (PCN,s, 1997, p.60) e ainda propõe que o professor do 3º ciclo, no seu planejamento desenvolva projetos educativos que vincule os conteúdos a realidade local, bem como as características culturais locais, no caminho de valorizar questões da própria comunidade, e ampliar os horizontes para compreensão das complexidades do país. (PCN,s 1997,147-148) e essas ações educativas, baseadas na cultura local são essenciais para formação cidadã do estudante.

Desta forma, fazer uso de ações educativas amparados na Educação Patrimonial e Educação Histórica como parte do currículo, no processo de ensino e aprendizagem, poderá contribuir para o fortalecimento de uma visão estruturada em conceitos que serão essenciais, para uma vivência consciente dos estudantes, assim compreendendo que:

[...]uma paisagem histórica é um cenário composto por fragmentos, suscitadores de lembranças e problemáticas, que sensibiliza os estudantes sobre a participação dos antigos e modernos atores da História, acrescentando-lhes vivências e concretudes para a sua imaginação. (PCN,s, 1997, p.162)

Com efeito, Ivo Mattozzi, salienta que, “ o professor pode aproveitar essa ligação entre a história e os bens culturais para incluir no currículo estratégias de pesquisa histórico didáticas que façam uso dos bens culturais...”(MATTOZI, 2008,p.137), isso se dá através da estruturação dos currículos e das aulas de História e/ou trabalhos interdisciplinares, que abrindo a possibilidade do estudante, por intermédio do contato com as fontes patrimoniais, fazer leituras

da sua realidade e partindo dela compreender esse universo sociocultural, logo a nossa função, enquanto professores de História, além de outras:

[...]é necessário desenvolver nos jovens, através de um contacto direto e constante com fontes patrimoniais, nomeadamente no âmbito local, sentimentos de responsabilidade em relação ao património histórico, e de pertença a comunidades portadoras de memórias necessárias à compreensão do presente e à reflexão crítica e construtiva sobre o futuro. (PINTO,2011, p.1)

A maneira com que o professor compreende patrimônio contribui para que o estudante tenha entendimento dos conceitos históricos. Ainda cabe ressaltar que a legislação educacional traz em suas linhas gerais, a determinação sobre a importância de valorizar os elementos culturais, principalmente focando sobre o ‘acervo cultural do município’. O artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece que: “a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura (...) voltada para a divulgação do acervo cultural dos municípios e estados.” (LDB, Lei nº 9.394/96) e nos componentes curriculares das diretrizes educacionais, tem-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o destaque sobre o patrimônio, em que propõem ao aluno “conhecer a diversidade do Patrimônio etnocultural brasileiro, tendo uma atitude de respeito para com as pessoas e grupos que a compõem”. (PCN’s,1997, p.143).

Nesse sentido, a escola constitui-se enquanto espaço de diálogos, onde a diversidade está presente, isso porque os estudantes trazem para esse ambiente elementos de seu pertencimento cultural, modo de pensar, fazer e agir e nem sempre recebem a devida consideração, gerando, uma série de problemas. E isso decorre por intermédio de diversos mecanismos, curriculares ou não, quer pelo professor ou pela escola, que acabam ignorando, silenciando, e até omitindo o direito a devida participação, impossibilitando desta forma o fortalecimento da democracia e a valorização da pluralidade cultural.

Outrossim, no âmbito das políticas curriculares do Estado de Mato Grosso, o estudo do meio, apresenta-se como uma das capacidades dos estudantes no 3º ciclo do ensino fundamental, no sentido de, “identificar e valorizar as manifestações ou representações da diversidade do patrimônio histórico, artístico, natural e cultural, em diferentes sociedades; ...”. E ainda, estabelece a possibilidade do professor realizar esse estudo, através da elaboração de um roteiro, de forma que envolva o contexto dos estudantes, onde as observações, registros e análises são importantes para construção perceptiva de outras possibilidades, seja em museus,

patrimônios, monumentos, praças, parques, etc. (OC,s DE HISTÓRIA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, 2008, p.33-34).

Horta(1999), confere a importância da Educação Patrimonial, como sendo um instrumento de “alfabetização cultural”, pois leva o indivíduo a compreender o que está a sua volta, bem como o percurso histórico-temporal do espaço onde está inserido, permitindo o mesmo a valorizar e reforçar a auto - estima de indivíduos e comunidades e perceber que há uma multiplicidade e pluralidade de modos de ser e fazer naquela sociedade, e que devem ser levados em consideração, principalmente os que de uma forma ou de outra são excluídos desse processo social. (HORTA, 1999, p.6)

Portanto, compreender a Educação Patrimonial é um meio de desenvolver o sentimento de reconhecimento sobre os bens históricos e culturais da cidade, valorizando-os e preservando-os, provocando assim o sentimento de pertencimento e auxiliando na construção de um conceito de identidade histórica e cultural através dos bens locais. O mapeamento desses bens em conjunto com a implantação da educação patrimonial nas escolas, são instrumentos valiosos para promover esta consciência histórico-cultural coletiva. Como orienta o PCN para o Ensino Médio, deve-se:

Introduzir na sala de aula o debate sobre o significado de festas e monumentos comemorativos, de museus, arquivos, áreas preservadas, permeia a compreensão do papel da memória na vida da população, dos vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade humana. Retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com as ruas, praças, edifícios públicos e monumentos constitui excelente oportunidade para desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. (PCNEM, 1999, p.306)

Paulo Freire(2013), destaca o papel do professor como sendo não de transferir conhecimento, mas de criador de possibilidades para a produção ou construção desses saberes por parte do formando e esse processo ocorre em conjunto - educador e educando. Salienta ainda, a necessidade do professor estar sendo pesquisador, pois segundo Freire, isso “Faz parte da natureza da sua prática docente a indagação, a busca e a pesquisa. O de que se precisa é que, em sua formação permanente, o professor se perceba e se assuma, porque professor, como pesquisador.” (FREIRE, 2013, p.30) e ainda acrescenta que, nessa “...formação permanente dos professores, o momento fundamental e o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.” (FREIRE, 2013, p.40). Assim, o professor é parte fundamental na compreensão e importância do estudo

sobre o patrimônio e, na construção do diálogo com os estudantes para que possam ocorrer os processos formativos, que contribuam para que o estudante possa se envolver, perceber e compreender melhor o ambiente em que vive.

Há alguns princípios que corroboram, para que seja possível compreender o processo permanente e sistemático do trabalho educacional, no aspecto de dar significado. A partir do entendimento de que os objetos e expressões do patrimônio cultural são ponto de partida para a atividade pedagógica, é possível ampliar esse conhecimento e os dados observados e investigados diretamente. Pois:

*A partir da **experiência** e do **contato direto** com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um **processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização** de sua **herança cultural**, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, 1999, p.4)*

O ensino da história, a partir do estudo do patrimônio cultural, pode assentar-se nas diversas memórias disseminadas nos mais diferenciados sujeitos sociais, para que se possa apreender delas as diversas versões e olhares, que a experiência histórica local se fundamenta e se constitui, não caindo somente na concepção “oficial” de memória e história que está alicerçada na visão dominante de apenas um segmento da sociedade ou de determinados indivíduos como se fosse os únicos representante da memória social.

E nessa lógica, o contato dos estudantes com os vestígios, sinais, marcas e documentos de diversos tempos precisa ser valorizado como evidência histórica, sejam elas: escritas, orais, iconográficas, entre outras, entendendo esse conceito no seguinte aspecto: “ver algo como evidência para outra coisa, significa que um aspecto não observável deste é inferido, o que implica que literalmente, se veja mais do que aquilo que pode ser diretamente observado” (VAN DER DUSSEN, 1991, p.157 apud PINTO, 2011, p.56).

GUIA EDUCATIVO COMO PROPOSTA PARA/NO ENSINO DE HISTÓRIA: ESTRATÉGIA DIDÁTICA PARA O ENSINO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE RONDONÓPOLIS/MT

A cidade de Rondonópolis, situada na região sudoeste do Estado de Mato Grosso, possui sua história, desde as experiências dos povos bororos na região que datam de seis mil anos atrás, no sítio arqueológico Ferraz Igreja. Marca-se também pela presença do exército no final do

século XIX e do Marechal Mariano Candido Rondon com suas expedições passando pela região. (TESORO, 2008, P.19-75)

No entanto, a povoação efetiva do lugar onde se constitui o perímetro urbano de Rondonópolis ou melhor do Rio Vermelho (primeiro nome do povoado) inicia-se por volta de 1902 com a Família de Manoel Rodrigues dos Santos, vindo de Goiás, seguindo após vários parentes e outros para região. Em 1915, por decreto nº 395, assinado pelo presidente do Estado Dr. Joaquim da Costa Marques, estabelece o povoado do Rio Vermelho, no dia 10 de Agosto. Em 1918 é elevada a condição de Arraial e mudado o nome para Rondonópolis e 1920 à Distrito de Santo Antônio do Leverger, essas mudanças favorecem o crescimento e desenvolvimento da região. (TESORO, 2008, p.19-75).

Todavia, devido a problemas locais e o aparecimento de pedras preciosas em Poxoréu, há o esvaziamento da região:

[...]a insalubridade provocada pelas enchentes e epidemias, carência de atendimento médico e de medicamentos, dificuldades para compra de alimentos de primeira necessidade, desentendimentos entre os próprio moradores, além de garimpos de diamantes aberto na região de Poxoréu (1924) provocou um processo de esvaziamento da localidade. Por essa razão, ela viria a ser distrito da vizinha Poxoréu, recém emancipada em 1938. (ALVES,1995, P.19)

Com a “Marcha para Oeste” proposta pelo governo Vargas, há a retomada do crescimento de Rondonópolis e a partir de 1947 e a vinda de diversos grupos das diferentes regiões do Brasil. E em 10 de dezembro de 1953 ocorre a sua emancipação e daí por diante percebe-se muitas outras mudanças que proporcionaram a ela, tornar a 3º maior cidade do Estado de Mato Grosso. (SIQUEIRA, 2002, p.229-232)

Entretanto, diante do desenvolvimento econômico e social da cidade de Rondonópolis e a sua crescente modernização, notou-se a constante falta de preocupação dos entes públicos em relação ao patrimônio histórico e cultural, constando apenas alguns casos onde ocorreram movimentos nesse sentido, como o tombamento da antiga Prefeitura e Câmara Municipal e atual Museu Rosa Bororo e restauração do Casario (um conjunto de casas, local onde se dá início ao povoamento) mas sem algo mais efetivo quanto aos outros lugares de memória:

Rondonópolis se apresenta hoje como uma cidade sexagenária, repleta de lugares de memória, mas pouco conhecida por grande parte da população que, conforme analisa Pierre Nora, circula pelas ruas sem perceber a riqueza escondida em suas ruas e arquiteturas. É necessário olhar além do visível para encontrar o sentido em tais lugares[...] (ALVES,2013, p.24)

Nesse aspecto ao retratar o lugar enquanto espaço de memória, é necessário ter a compreensão de que os mesmos fazem parte de toda uma vinculação das famílias, migrações que aqui ocorreram e ocorrem e isso percebe-se no espaço escolar, mas que muitas vezes não é retratado no processo de ensino e aprendizagem:

A questão da memória impõe-se por ser base da identidade, e é pela memória que se chega a história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os “lugares de memória” expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. (BITTENCOURT, 2009, p. 169)

Além disso, temos que ter em mente que os lugares tem suas especificidades e a partir das transformações que acontecem seja no patrimônio e na região com o passar do tempo, podem ocorrer alterações nas suas funções e significados que dão ao mesmo, assim, é preciso estar atento a essas questões:

[...]atribui funções diferentes ao mesmo lugar. O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que se forma – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificações, calçamentos -, mas que não tem autonomia de significação, pois todos dias novas funções substituem as antigas, novas funções e interpõem e se exercem. (MILTON SANTOS, 1991, p.52 apud BITTENCOURT, 2009, p.171)

Para tanto, perceber a dinâmicas dos lugares, as modificações dos espaços no decorrer dos anos e não apenas o presente é salutar, principalmente quando se vai rememorar tais lugares de memória, pois interesses econômicos, político podem influenciar na constituição desses lugares. Ao relacionar essa memória com o ensino de história, podemos pensar na Educação Patrimonial, como discussão necessária nos currículos escolares, na compreensão do lugar.

Por conseguinte, a pesquisa será realizada a partir do embasamento teórico acerca do Patrimônio Cultural e História local, Educação Histórica, Formação de Professores, Parâmetros Curriculares Nacionais(PCN,s) e Diretrizes Curriculares. Além disso, os procedimentos metodológicos, visam compreender as concepções que os professores tem sobre o uso desses locais como elementos estimuladores de ações educativas no ensino de História. Logo, será feito um levantamento com os professores das escolas, como o intuito de investigar concepções de formação sobre patrimônio cultural e ensino de história. Nesse sentido, ocorrerá uma breve entrevista focal semi-estruturada com os professores de duas escolas da cidade de Rondonópolis, este tipo de entrevista caracterizada da seguinte forma:

O estímulo apresentado tem seu conteúdo analisado de antemão, o que possibilita que se faça uma distinção entre fatos “objetivos” da situação e as definições

subjetivas geradas pelos entrevistados a respeito da situação com vistas a compará-los. Quatro critérios devem ser preenchidos durante o planejamento do guia da entrevista e a condução da entrevista propriamente dita: o não-direcionamento, a especificidade, o espectro, além da profundidade e do contexto pessoal revelados pelo entrevistado. (FLICK, 2004, p.90)

Após o levantamento, serão propostas oficinas didáticas com os professores e estudantes, sobre os temas relacionados ao patrimônio cultural, história local, memória, edificações, educação patrimonial e educação histórica, baseando-se na concepção de aula-oficina, proposta por Isabel Barca:

Ora se o professor estiver empenhado em participar numa educação para o desenvolvimento, terá de assumir-se como investigador social: aprender a interpretar o mundo conceitual dos seus alunos, não para de imediato o classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que esta sua compreensão o ajude a modificar positivamente a conceitualização dos alunos, tal como o construtivismo social propõe. Neste modelo, [aula-oficina] o aluno é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação. (BARCA, 2004, p.132)

E desse modo, partindo da aula-oficina, nas visitas guiadas possibilitaremos a discussão sobre a construção de um material didático que possa contribuir com a prática nas aulas de História, trazendo junto sugestões, de ir para além de uma narrativa, na inclusão de fontes históricas e memorialísticas e de atividades com os estudantes nessas edificações e monumentos.

Desta maneira, o anseio é possibilitar ao professor, que muitas vezes não tem acesso a um material específico, compreender a importância de ter em suas aulas o aporte da Educação Patrimonial e também estratégias de ensino e atividades sobre o patrimônio. Pois, os materiais didáticos: “são instrumentos de trabalho do professor e do alunos, suportes fundamentais na mediação entre o ensino e a aprendizagem” (BITTENCOURT, 2009, p.295). Logo, o intuito é que seus alunos entendam o lugar, e passe a valorizar e em determinadas situações fazer a crítica surgida do “olhar contemplativo” e do “olhar de curiosidade”, que partiria para um momento mais científico dessa relação de ensino aprendizagem. (BITTENCOURT, 2009, p.355)

Ao passo que, contribuiria ainda que com uma pequena parcela, para o processo de inclusão ou mesmo despertar para o uso da Educação Patrimonial no ensino de História, através desse guia para orientação de professores, tanto para o ensino da história local, quanto para compreensão de conceitos históricos, que propicie um diálogo com o leitor, portanto:

Ela propõe a leitura do mundo e das coisas produzidas pelo indivíduo em sua vida cotidiana, desenvolvendo com o educando a apropriação, efetivamente e conscientemente, de seus valores e marcas próprios, de seu patrimônio pessoal e

comunitário, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico cultural em que está inserido, proposta que é um cruzamento com a finalidade da educação em geral. (LAWARD,2004, p. 63).

Essa participação ativa do educando, parte da lógica que o professor possa possibilitar ao estudante o contato com as edificações, monumentos, praças e museus da cidade, como uma proposta de percepção das características embutidas em tais locais.

Assim sendo, cabe elencar aqui, alguns dos que se constituem enquanto patrimônio material, que tenho a pretensão de abordar neste trabalho, sejam eles tombados ou não, mas que compõem a memória coletiva dessa cidade. Entre os patrimônios considerados como oficiais e não oficiais podemos destacar: o Museu Rosa Bororo (Antiga Prefeitura e Câmara Municipal), Casario Marechal Rondon, a Praça dos Carreiros, Praça Brasil, Praça da Saudade, Igreja Matriz, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Correio Velho(remodelado) e os monumentos que estão espalhados pela cidade e seus simbolismos: Maria Sete Voltas, busto do Marechal Rondon e de José Barriga.

Em relação a cada um deles a ideia é que consigamos elencar as discussões feitas sobre eles e traduzir isso em um material didático, possibilitando a compreensão das fontes como evidências históricas, em uma linguagem mais apropriada para professores e estudantes. Entendendo que com base nessa perspectiva, o professor possa pensar também o local onde a escola está localizada e que possibilidades possam ocorrer de ensino e aprendizagem nessa comunidade, através do estudo do meio e compreensão da necessidade do uso do patrimônio cultural nas aulas, conduzindo o estudante a uma autonomia do pensar e agir.

CONSIDERAÇÕES

Portanto, sabendo que as transformações sociais só ocorrem a partir da ação dos indivíduos que pertencem as comunidades, entendemos que trabalhar o conceito de patrimônio é reconhecer, dentre outras coisas, que para avançar no entendimento não precisamos ir longe, ou seja, perto de nós temos muitas coisas que fazem parte da memória coletiva e se constituem como tal, basta que tenhamos um olhar mais apurado e aquilo que é atribuímos valor ganha sentido e dá sentido a vivência em sociedade, considerando que ele é um vestígio que permite o exercício de cidadania através do acesso ao bem cultural, e compreendendo a história local.

Nesse aspecto compreendo que a temática Educação Patrimonial é essencial no currículo regular da disciplina história. Já que ao utilizar a Educação Patrimonial durante as

atividades educativas, há um melhor aproveitamento dos alunos em relação ao usufruto dos museus e seus bens culturais da cidade, reconhecendo a diversidade cultural e reproduzindo os valores morais apreendidos como respeito as diferenças.

A ampliação para além do universo escolar reflete a inter-relação entre ciência e vida cotidiana e do pensamento histórico com parte da integrante da vida humana e que precisa ser explorado no sentido de alargar esse campo de ação na vida prática. Nesse aspecto a reflexão se põe sobre a natureza do conhecimento histórico e o papel da mesmo na análise da sociedade e recurso para transformação da consciência histórica. Assim entender a importância do conhecimento histórico na formação da indivíduo é salutar ao educador que faz parte desse processo.

Assim conhecer a História da cidade de Rondonópolis através do seu Patrimônio histórico e cultural é primordial, pois com a produção desse guia teremos mais uma chance de contribuir com o que outros estudiosos sobre a cidade já produziram e veem tentando fazer com que os entes públicos tenham um olhar mais dedicado a cidade no sentido de valorizar seu patrimônio.

Enfim, necessitamos de uma mudança de mentalidade, principalmente quando se trata da educação, tendo em vista dar mais sentido ao que está sendo trabalhado em sala de aula e para isso justificamos a importância do trabalho da Educação Patrimonial, pois este tem a possibilidade de tornar os indivíduos ativos e conscientes das suas ações no planeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Laci Maria Araújo. **História da Educação em Rondonópolis**. Cuiabá:EdUFMT,1995.

_____. **Documento Histórico - Rondonópolis 60 anos** – Revista Jornal A Tribuna. Rondonópolis, Mega Gráfica, 2013, p.24-25.

BARCA, Isabel. **Educação Histórica: uma nova área de investigação**. Revista da Faculdade de Letras. Porto, III Série, vol.2, 2001, p.013-021.

_____. **Aula Oficina: do Projeto à Avaliação**. In. Para uma educação de qualidade: Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso: 10 de mai. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. LDB – **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso: 05 de abr. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais de História.** Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>. Acesso: 05 de abr. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais de História.** Brasília: MEC, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf. Acesso: 05 de abr. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio.** MEC, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso: 20 de nov. 2016.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** Tradução: Sandra Netz. 2º ed. – Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa.** 46º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. A instituição. Disponível em: www.portal.iphan.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2017.
- MATOZZI, Ivo. **Currículo de História e educação para o patrimônio.** Educ. rev. [online]. 2008, n.47, pp. 135-155.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 7º ed. Revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- NORA, Pierre. **Entre história e memória: a problemática dos lugares.** Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

LAWARD, Diógenes Nicolau – **Memória e Ensino de História uma experiência na educação de jovens e adultos**. São Paulo: USP – Faculdade de Educação-2004. Dissertação de Mestrado.

PINTO, Maria Helena Mendes Nabais Faria. **Educação Patrimonial e Patrimonial: concepções de alunos e professores sobre o passado em espaços do presente**. Portugal: Universidade do Minho, 2011.

SEDUC - MT. **Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso**. Área de Ciências Humanas. Cuiabá-MT, 2008/2009/2010.

SILVA, Mônica Martins; DELGADO, Andréa Ferreira. Ensino de História e Educação Patrimonial: experiências de ensino e pesquisa na educação básica. In Gil, Carmen Zeli de Vargas e TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski (org.). **Patrimônio Cultural e ensino de história**. 1º ed. Porto Alegre, RS: Edelbra, 2014, p.72.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**. Da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

TESORO, Luci Léia Lopes Martins. **Rondonópolis-MT: Um Entroncamento de Mão Única (lembranças e experiências dos pioneiros)**. São Paulo: LLLMT, 1993.